

DETLEV ALBERS *

PROBLEMAS ESTRATÉGICOS CENTRAIS DA RUPTURA
COM A LÓGICA DO LUCRO
NAS METRÓPOLES CAPITALISTAS
— TESES DE VIENA **

1.ª tese: *A ruptura nos centros exige um processo revolucionário mundial.*

A dependência recíproca entre as diversas partes do sistema capitalista internacional tornou-se, entretanto, tão grande, as contradições no interior de cada um dos seus elementos e entre eles agudizaram-se de tal modo, a degradação das condições ecológicas básicas do planeta avança tão rapidamente que uma ruptura definitiva com a lógica do lucro já só é pensável em termos globais, como elemento fulcral de um processo de revolução mundial. A probabilidade de que nos próximos decénios se venha a verificar um agravamento à escala mundial, imprescindível para aquele processo, dos problemas que pesam sobre o sistema capitalista no seu todo é maior do que em qualquer outro momento desde o final da Segunda

* Professor da Universidade de Bremen.

** O presente texto constitui a comunicação apresentada por Detlev Albers ao 3.º Colóquio Internacional de Otto Bauer, realizado em Viena, de 4 a 7 de Março de 1982 e que teve a participação de socialistas de diferentes tendências da Áustria, República Federal da Alemanha, Itália, Grã-Bretanha, Espanha, França e Suécia. Sobre o tema do colóquio, «Crise capitalista e vias para uma nova lógica económica», entrevistaram Josef Hindels («A Concepção da Democracia no Austro-Marxismo»), Pietro Ingrao («A análise das origens da crise pela esquerda europeia e as linhas de força da sua elaboração estratégica»), Thiery Bondoux («A nova lógica económica como problema central da esquerda europeia»), Ken Coates, Bruno Trentine L. Parnamio, entre vários outros. As comunicações e actas das discussões do colóquio foram reunidas em volume publicado em Outubro passado.

Guerra Mundial. É certo que actualmente não é possível afirmar se as forças progressistas vão conseguir aproveitar essa crise de forma revolucionária ou se daí resultará uma nova fase de prosperidade e estabilização capitalista. Mas hoje em dia já deveria ser ponto assente que esta última solução não será exequível sem pesados prejuízos para a população trabalhadora por toda a parte, do Primeiro ao Terceiro ou ao Quarto Mundo, mais ainda, que ela abrirá mão, eventualmente, de elementos irrecuperáveis da herança ecológica comum da humanidade.

Fundamentação:

Nos finais dos anos sessenta/princípios dos anos setenta, o mais tardar, porém, com a primeira crise chamada energética em 1973/74 dá-se, na opinião de múltiplos economistas e historiadores sociais — e de modo nenhum apenas marxistas —, uma modificação fundamental do tipo de acumulação capitalista. Uma fase de prosperidade de longa duração — a «época áurea» do capitalismo americano desde 1945 — é substituída por uma fase, aparentemente de não menor duração, de estagnação/depressão, interrompida por breves conjunturas provisórias.

Eric Hobsbawn empreendeu, há alguns anos, uma tentativa de periodização da evolução capitalista em que me vou basear seguidamente ⁽¹⁾.

Hobsbawn distingue três fases de prosperidade do capitalismo industrial ou desenvolvido, a saber, os períodos de

- 1848 a 1870/75 a Inglaterra como «oficina do mundo»
- 1900 a 1914/18 a transição para o capitalismo monopolista/imperialismo está consumada; em lugar da Inglaterra domina agora uma oligarquia das principais potências capitalistas
- 1945 a 1967/73 a «época áurea» dos E.U.A.

(1) Eric Hobsbawn (versão alemã): «Die Krise des Kapitalismus in historischer Perspektive»; in: Folker Fröbel, Jürgen Heinrichs, Otto Kreye (Hg.), *Krisen in der kapitalistischen Weltökonomie*, Rheinbek b. Hamburg, 1981, pp. 35 sgs.

Antes, durante e depois houve, porém, períodos, respectivamente, de estagnação e de mudança radical em contextos de crise. Neles — como salienta Hobsbawm — *a combinação de revoluções tecnológicas, reestruturações capitalistas e problemas de crescimento com a resistência das classes e países explorados a uma resolução das crises à sua custa leva, de todas as vezes, ao aparecimento de conflitos revolucionários que até agora, no entanto, se limitaram sempre a países isolados ou a grupos de países.*

São exemplos disso:

- a revolução de 1848; o «espectro do comunismo» ronda pela Europa;
- a Comuna de Paris em 1871;
- Outubro de 1917; a crise económica mundial de 1929/33; a Revolução Chinesa.

Quais são então as especificidades, os indicadores qualitativamente novos, as características inconfundíveis das manifestações de crise que se avolumam indiscutivelmente desde os anos setenta e que permitem que se fale de uma cesura na evolução global do capitalismo, semelhante, por exemplo, à que representou o deflagrar ou as consequências da Primeira Guerra Mundial? E não se veja aqui uma dramatização inadmissível — é o resultado da importância e do encadeamento dos factores a seguir apenas brevemente apontados.

Enumero seguidamente apenas alguns factos do conhecimento geral:

- Retrocesso nítido das taxas médias de crescimento tanto no Primeiro como no Terceiro Mundo, aliado a um aumento da inflação que praticamente não chega a diminuir, mesmo em fases de recessão;
- o estabelecimento gradual e em larga escala do desemprego permanente em todos os países industrializados relevantes do Ocidente (com restrições unicamente no Japão);
- o fosso cada vez mais fundo entre os países capitalistas industrializados e os países ditos subdesenvolvidos do Terceiro Mundo, por aqueles mantidos na dependência, pelo menos económica;
- a desagregação de um sistema monetário internacional cal-

culável com segurança, acompanhada da respectiva degradação permanente das bases do comércio internacional.

Embora fosse possível designar estas dificuldades como «problemas-padrão» ou «de rotina» das crises estruturais do capitalismo internacional, elas são, no entanto, além do mais, agravadas e tornadas incontroláveis pela lógica do lucro, até aqui predominante, através de três factores qualitativamente novos:

— O começo da era nuclear e a oposição de sistemas entre países (industrializados) capitalistas e socialistas restringem drasticamente o recurso a meios militares na resolução de lutas inter-capitalistas pelo poder — ou ameaçam a existência física de toda a humanidade.

Na sequência das crises energéticas dos anos setenta, a independência política de extensas zonas do Terceiro Mundo traduziu-se, pela primeira vez, em tanto poder económico que os estados da OPEP conseguiram em larga medida fazer valer os seus interesses em detrimento dos dos países industrializados do Ocidente e das empresas multinacionais; a despeito de todo o empobrecimento destas zonas do globo, as brechas do sistema capitalista aumentaram.

— Problemas de relação com a natureza, de industrialização, de consumo de matérias-primas, de crescimento demográfico numa situação de permanência de estruturas sociais anacrónicas fazem com que, pela primeira vez, haja uma tomada maciça de consciência de que a resistência do «eco-sistema mundo» tem limites; esses problemas dão origem, embora naturalmente de forma altamente irregular, a um potencial, até agora não considerado, de oposição à continuação das formas existentes das estratégias de crescimento capitalistas.

No conjunto, todos estes factores, as manifestações «tradicionais» de crise tal como as novas, provocam, do ponto de vista do capital, uma restrição dramática, quando não um questionar de princípio, das suas capacidades de solucionar, pelo menos provisoriamente, os problemas que pesam sobre a «economia livre e internacional de mercado». Mas é precisamente aqui que reside o desafio iniludível a todas as fracções das forças progressistas do mundo capitalista, sejam quais forem as suas coordenadas ou a sua orientação ideológica, para que, num novo e grande esforço comum, se libertem — e agora, finalmente, também nos centros — das cadeias da lógica do lucro.

2.^a tese: *Missão de um marxismo renovado na resolução da crise.*

É de esperar que também de futuro a capacidade de chegar a uma utilização produtiva das contradições que hoje abalam o capitalismo à escala mundial parta primacialmente de uma posição socialista que vá buscar ao ideário do marxismo as suas concepções fundamentais. Mas a insistência na superioridade potencial dos princípios exegéticos marxistas exige simultaneamente a admissão de que o saldo das forças sociais que deles se reclamam não pode, de modo nenhum, considerar-se totalmente positivo. O menosprezo da capacidade de transformação e sobrevivência do capitalismo, a fusão acrítica com a doutrina estatal nos países socialistas existentes e os atrasos repetidamente observados na apreensão de novos problemas da teoria e prática políticas obrigam a admitir que actualmente se tem de falar também, em mais de uma acepção, de uma crise do marxismo e das suas diversas leituras. Todavia, pode-se igualmente afirmar que um marxismo em renovação, dependendo sem dúvida de contribuições de origem vária, pode não só voltar a gozar de difusão nas fileiras do movimento operário ocidental como pode encontrar aliados e interlocutores entre os adeptos de outras ideologias; a ele caberá também uma tarefa de orientação no impulsionamento de processos revolucionários nas metrópoles capitalistas, tarefa essa que ninguém mais poderá executar.

Fundamentação:

Toda a renovação da teoria marxista, que parece imprescindível a um alargamento da sua influência na práxis social, terá, antes de mais, de avaliar, autocriticamente, as suas próprias fraquezas. Vejo-as, sobretudo, nos seguintes domínios:

— As dificuldades de teóricos marxistas em chegarem a uma avaliação realista da estabilidade do capitalismo, e isto precisamente em períodos de transição de fases de prosperidade de longa duração para fases de depressão ou vice-versa (cf. tese 1), têm já, por seu lado, uma longa história. Podemos referir a este propósito a expectativa do próprio Marx de uma grande crise económica nos anos cinquenta do século passado, ou a discussão em torno do revisionismo de Bernstein e dos seus reais pontos de referência económicos e sociais nos inícios do século XX ou ainda os prognósticos de bancarrota de economistas marxistas da 3.^a Internacional, nos anos vinte. Ou,

para mencionar um novo exemplo da última fase de prosperidade do capitalismo depois de 1945, citemos aqui uma vez mais Eric Hobsbawm (2): «Éramos de opinião que o capitalismo decadente não poderia subsistir com êxito face à economia socialista em ascensão, especialmente tratando-se agora de uma muito maior. Mas aconteceu o contrário. O capitalismo provou ser mais produtivo do que o socialismo e, graças à sua superioridade tecnológica e à sua maior riqueza, preparou-se, inclusivamente, para reinfiltrar e reintegrar a partir do exterior a economia socialista».

Todos estes exemplos apontam apenas para o facto de que uma das premissas imprescindíveis e permanentes das análises e directrizes marxistas tem de ser um repensar sóbrio e sem preconceitos de possíveis saídas para a crise, consideradas do ponto de vista do capital.

— Uma deformação que inquinou muito mais fortemente a substância, difusão e credibilidade do marxismo resultou e resulta da sua monopolização como doutrina oficial do estado nos países socialistas. Isto levou repetidamente a um totalitarismo intelectual que, com demasiada frequência, é pago mesmo pelos seus principais expoentes com a imunização e a cegueira, pelo menos parcial, em relação às novas exigências colocadas pelos conflitos internos e internacionais. Uma consequência automática disto é aquele cansaço puro e simples em relação ao ideário socialista e marxista, tal como tivemos ocasião de observar de novo ainda recentemente na crise polaca. Não é por acaso que a alternativa necessária foi formulada de forma especialmente clara por Mieczeslaw Rakowski, aliás antes do 13 de Dezembro de 1981. Só resta desejar que as suas palavras não se tenham, entretanto, e contra a sua verdadeira intenção, esvaziado de sentido mercê da declaração do estado de sítio: «O futuro do marxismo na Polónia desenha-se com toda a clareza. Terá de ser um marxismo militante e assim é que ele deveria ser. Não um marxismo de corte. Costumava ser assim e é bom que tenha tropeçado porque já não estava a fazer andar as coisas para a frente. Limitava-se a erigir santuários e o marxismo não precisa disso» (3).

— Finalmente, destaque-se no âmbito dos atrasos, de que também o marxismo ocidental sofre, apenas uma questão (a que voltaremos ainda noutra contexto): as relações da ecologia

(2) *Ibidem*, p. 44.

(3) Mieczeslaw Rakowski; «Polen: Kooperation oder Konfrontation?»; entrevista à revista *Zeitschrift für sozialistische Politik und Wirtschaft* (*spw*); in: *spw* Nr. 13, 1981, p. 79.

com o marxismo. Há demasiado tempo que, face aos pontos centrais da crítica do movimento ecológico, à crítica ao industrialismo, à busca de alternativas desde a energia à agricultura, pouco mais se alegou além de que aos marxistas estava vedada qualquer forma de «dissidência» e que, de alguma maneira, o socialismo haveria de «dar um jeito» aos problemas do meio ambiente. Refutou-se com demasiada frequência a análise dos indicadores que, de facto, apontam para uma nova dimensão letal das manifestações da crise ecológica; em vez disso, as pessoas contentaram-se reiteradamente em apresentar pela centésima vez a prova de que membros e autores do «Club of Rome» ou do relatório americano «Global 2000» se deixavam guiar por posições do interesse do capital. Continuou a não se ter em conta até que ponto os objectivos ecológicos visam uma ruptura com a lógica do lucro e as estratégias por ela elaboradas, e até que ponto, por outro lado, a luta pelo socialismo envolve também relações basicamente diferentes entre o homem e a natureza.

Todas estas dificuldades que se opõem à renovação do ideário socialista-marxista, não podem, todavia, fazer passar despercebido o facto de que o conjunto das manifestações actuais da crise exige mais do que nunca uma base exegética teórico-estratégica global. E que outra, se não a marxista, poderia ser capaz disso? Onde, se não aí, se encontra uma teoria sociológica que se possa gabar com a mesma coerência de uma investigação aprofundada do capitalismo industrial e dos processos que a ele conduzem? Sem ela, como seriam explicáveis os mecanismos de sujeição do Terceiro Mundo e a orientação da sua luta de libertação como se poderiam analisar as características da crise actual das metrópoles capitalistas? Qual seria, finalmente, o sentido de estudar e ajudar a evitar fora deste contexto o «saque ecológico do planeta» ou de querer impedir o armamento e a crescente ameaça de guerra? Todas estas questões, que hoje são levantadas repetidamente, tanto fora como dentro do movimento operário tradicional, mais radicalmente ou mais «fundamentalisticamente» do que no passado, provam, no fundo, a coerência e actualidade de noções básicas da concepção materialista da História, tal como a encontramos pela primeira vez formulada em Marx e Engels. E permitem reconhecer algo mais: posições socialistas que aprendam a renovar-se orientando-se por esta noção básica sem por isso tornarem a cair em ultrapassadas pretensões de exclusividade, podem, precisamente em épocas de crise, tornar-se interlocutoras e possíveis aliadas de movimentos e, por exemplo,

ideologias religiosas, cujo ponto de partida está muito longe do movimento operário propriamente dito.

Até que ponto, de resto, com um tal entendimento da constituição da teoria socialista, nos movemos em moldes de pensamento já concebidos por Otto Bauer, parece-me ficar provado com algumas frases por ele formuladas por ocasião do 40.º aniversário da morte de Karl Marx: «O socialismo do século XX será diferente do socialismo do século XIX; o que hoje parece ser uma crise do marxismo não é outra coisa senão o processo doloroso de adequação do socialismo a um mundo radicalmente transformado. Para superar esta crise só há uma via: com os instrumentos de trabalho que Marx nos ensinou, com os métodos criadores de investigação histórica e económica que aprendemos com Marx, investigar os novos factos, assimilar as novas experiências, os novos dados da vida económica capitalista, as novas manifestações do movimento de massas do proletariado, as novas experiências da revolução» (4).

3.ª tese: *Concorrência entre sistemas e luta pela paz*

A existência da oposição entre os blocos e os perigos letais para a humanidade de uma guerra termo-nuclear mundial, a combater por todos os meios em ambos os campos, representam uma das determinantes político-militares em que se irão basear nos tempos mais próximos todas as forças políticas das metrópoles capitalistas. Quanto mais claramente a esquerda ocidental conseguir especificar o carácter próprio dos seus objectivos socialistas a longo prazo, tanto mais eficazmente poderá tornar transparentes e rebater as forças motrizes, as correlações e as intenções da política de tensão e armamento, prosseguida actualmente, sobretudo, pelos E. U. A. de Reagan. Quanto mais disposta ela estiver a recusar, atribuindo-lhes o seu verdadeiro significado, processos geradores de tensões na União Soviética e estados seus aliados, tanto mais facilmente poderá impedir a sua instrumentalização em proveito de estratégias de concorrência e hegemonia da principal potência do bloco ocidental. Só num contexto destes será possível tornar inteligível todo o alcance da sua própria luta pela paz e pelo desarmamento, i.e., o ser, simultaneamente, ponto de partida de uma política económica alternativa no interior

(4) Otto Bauer, «Marx als Mahnung»; in: *Werke*, vol. 9, p. 50.

e contribuição para a solidariedade com o Terceiro Mundo e para o desmantelamento dos potenciais que ameaçam a vida humana. É que, ao cabo e ao resto, só uma posição destas lhe dará a possibilidade de incorporar convincentemente as suas próprias tradições e objectivos na perspectiva de «fazer a paz sem usar as armas», hoje mais do que nunca necessária e que ultrapassa visões do mundo e ideologias de classe.

Fundamentação:

A crise política internacional, que surge como sintoma e consequência inevitável do já mencionado agravamento das actuais contradições económicas, permite reconhecer os seus principais responsáveis de forma cada vez mais nítida à medida que progride. Já não há dúvida de que é com um risco crescente que os governos dos E. U. A. se esforçam por explicar conflitos surgidos à escala mundial como sendo consequências da concorrência entre os sistemas do Leste e do Ocidente justificando, assim, a intervenção da sua própria política imperialista. A repressão violenta de movimentos locais de libertação, como, por exemplo, actualmente na América Central, tal como a condenação veemente da suposta «ingerência soviética», surgem, frequentemente, apenas como um pretexto oportuno para legitimar, tanto a nível interno como externo, a política de tensões por eles praticada e, desde logo, reforçar a disciplina de bloco dos próprios aliados. Geo-estrategicamente, será assim reestabelecida, ou pelo menos prorrogada, a hegemonia económica dos E.U.A. no Ocidente, a qual, desde os anos setenta, deixou de ser incontestada.

Por outro lado, é preciso não esquecer que também na União Soviética a política imperialista e a lógica de bloco se tornaram categorias estratégicas que suplantaram outras tradições, progressistas. Os exemplos mais recentes são a intervenção militar no Afeganistão e as constantes tentativas de uma «travagem a partir de fora» que contribuíram decisivamente para uma interrupção violenta do processo de renovação social na Polónia. Assim, a incapacidade, repetidamente verificada, de os países que seguem a «via soviética» democratizarem a economia e o estado de acordo com os desejos da própria população constitui mais um elemento a introduzir tensões e crises suplementares na política internacional.

O esvaziar do processo de desanuviamento e a corrida acelerada aos armamentos levaram até agora a diferentes tomadas de posição no Ocidente da Europa e mesmo por parte

da esquerda ocidental. Alguns países, em especial a República Federal da Alemanha, apegam-se tanto à sua situação no ponto de intersecção dos dois pactos militares como aos ensinamentos mais importantes da sua história para afirmarem que «a partir de território alemão (e nele) não há-de jamais voltar a eclodir a guerra». Noutros países, sobretudo em França, a esquerda chegou ao consenso de que só dispondo dos sistemas de armamento mais moderno, o nuclear incluído, se poderá assegurar a soberania da nação; de acordo com isto, muitos julgam mais importante acompanhar a tecnologia militar do que accionar um processo de desarmamento simultâneo. No entanto, deveria chegar-se a acordo (mesmo que ainda condicionado em ambos os países por difíceis problemas políticos) quanto ao facto de qualquer forma de enquadramento na estratégia americana de hegemonia ser incompatível com as perspectivas socialistas. Aqui como lá, a luta da esquerda teria de prescindir de uma das suas mais importantes forças motrizes se permitisse que, por razões táticas, a intervenção por uma nova lógica económica no próprio país, o apoio às exigências de uma nova ordem económica mundial ou mesmo a solidariedade com as tentativas de reforma nos países europeus do Leste fossem separados de iniciativas, igualmente imprescindíveis, no sentido do desarmamento e da manutenção da paz.

4.^a tese: *A dependência do Primeiro Mundo em relação ao Terceiro*

Qualquer ruptura efectiva com a lógica do lucro nos centros capitalistas é ilusória se não fizer assentar em bases novas o conjunto das suas relações com o chamado Terceiro Mundo. O movimento operário do Ocidente perderia o cerne da sua identidade se quisesse construir a sua própria emancipação social sobre a continuação da exploração desses povos. Perderia, além disso, aliados insubstituíveis se tivesse de derrotar o poder das relações do capital apenas nos seus bastiões. As estratégias socialistas nas metrópoles do capitalismo terão, por isso, cada vez mais, de ser avaliadas pelas vias de desenvolvimento que apontam, pelo menos em termos de previsão, às nações do Terceiro Mundo e pelo modo como transmitem aos seus partidários a necessidade de fazer sacrifícios para que essas vias sejam possíveis. Um elemento-chave será a disposição de conceder a cada um destes países meios eficazes de defesa no planeamento de um desenvolvimento autónomo em relação aos mecanismos do comércio livre e da concorrência internacional. Estão aqui incluídas não só noções precisas

quanto à forma de enfraquecer as empresas multinacionais como também ao fortalecimento de instituições internacionais baseadas na cooperação equitativa e ao aumento contínuo dos seus recursos financeiros. De um modo geral, terá de resultar de todas estas medidas um esforço autêntico da esquerda ocidental no sentido de obter o necessário contributo do «Norte» para a construção de uma nova ordem económica mundial e ainda de colaborar especialmente com o «Movimento dos Não-Alinhados», como representante político mais importante do «Sul».

Fundamentação:

Já ninguém pode negar as dramáticas desproporções entre os «países industrializados ocidentais ricos» e a pobreza dos «países subdesenvolvidos» do hemisfério sul. São, entretanto, sobejamente conhecidos os dados globais sobre aquele escasso quinto da população mundial que, no Norte, consome mais de 2/3 de todos os bens produzidos, enquanto no Sul não fica nem 1/5 desses bens para 3/4 da população mundial, e mais de 800 milhões de pessoas não chegam a atingir sequer o nível mínimo de sobrevivência (e estes dados poderiam em qualquer altura ser precisados com informações mais exactas sobre a situação social em toda a sua verdadeira extensão). Ninguém poderá já contestar seriamente que este estado de coisas profundamente desumano resulta decididamente dos mecanismos do colonialismo e do imperialismo, mais ainda, que a sua herança, profundamente arraigada na história dos povos de ambos os mundos, continua hoje em dia a reproduzir ponto por ponto situações de dependência semelhantes. Todavia, os países industrializados ocidentais (ultimamente talvez com excepção da França) e mesmo as recomendações da Comissão Brandt insistem firmemente na doutrina de que o progresso do Sul só poderá e deverá realizar-se com base numa abertura mundial ilimitada dos mercados destes países. Na melhor das hipóteses, declaram-se, pelo contrário, (mais por palavras do que por actos) a favor da abolição das barreiras proteccionistas em relação a produtos manufacturados do Terceiro Mundo. E, no entanto, nenhum dos responsáveis pode ignorar que em tais condições de aparente igualdade (e esta igualdade é ainda vezes sem conta desrespeitada por parte do mais forte) nada poderá sobrevir a não ser uma maior deterioração das relações económicas em prejuízo do Sul. De resto, face ao agravamento geral da actual crise económica e à política predominante de confrontação entre o Leste e o Oeste, até as propos-

tas da Comissão Brandt, tendentes, aliás, a uma distribuição mais justa dos encargos, acabam por não passar de simples palavreado; ninguém se atém a elas.

Assim, não resta a mínima dúvida: sem a passagem a uma nova lógica económica, cujo elemento fulcral consista na edificação de bases para um intercâmbio equitativo entre o Norte e o Sul, haverá zonas cada vez maiores do Terceiro Mundo a serem arrastadas para uma catástrofe social. Por isso mesmo, o movimento operário ocidental, sobretudo nos países em que tem uma responsabilidade política directa, terá de dar a primazia à solidariedade com o Terceiro Mundo numa escala até agora desconhecida. Isto terá de incluir, por exemplo, a disposição de fazer amplas concessões materiais a regiões onde movimentos revolucionários do Terceiro Mundo se preparam para defender a herança dissipada com que deparam contra influências externas do capital, mas que ao mesmo tempo necessitam de condições privilegiadas de escoamento de produtos agrícolas ou industriais nos mercados do «Norte». Só assim se pode dar início a uma transferência de recursos, visando uma maior autonomia do Sul, em lugar de uma dependência mais profunda no amanhã.

Mais: a fórmula «nacionalizar em vez de ser multinacionalizado» não encerra apenas uma das palavras-de-ordem mais eficazes da esquerda francesa para explicar o sentido da sua luta por uma nova ordem económica no seu próprio país. Com o mesmo problema — só que incomparavelmente mais brutal — se vê confrontada a maioria dos países subdesenvolvidos. Sem um trabalho sistemático de esclarecimento por parte da esquerda ocidental, só muito mais dificilmente ainda eles conseguirão, todavia, fundamentar e defender internacionalmente a razão de ser, ou melhor, tantas vezes a necessidade de acções análogas. Finalmente, as organizações de trabalhadores do Norte, partidos e sindicatos, terão de continuar a agir dentro das suas próprias fileiras, na opinião pública nacional e a nível internacional de forma a combater os mecanismos de empobrecimento do Terceiro Mundo ainda que à custa do seu próprio nível de vida, e assim garantir progressos reais dos povos do Sul (e só nessa condição). Nada disto aliviará estes povos da carga principal das lutas de libertação nem tão-pouco provocará uma melhoria repentina das suas condições de vida. Todavia, quanto mais o movimento operário conseguir forçar nas metrópoles as barreiras corporativas da sua luta social, que, no capitalismo de hoje, se entrecruzam cada vez mais fortemente a nível internacional, tanto menos será possível impedir o seu acesso ao poder político.

5.^a tese: *Crise ecológica e nova lógica económica*

O desenvolvimento das forças produtivas e destrutivas humanas atingiu no decorrer deste século uma dimensão tal que põe em risco, pela primeira vez, a subsistência do mundo no seu todo se não houver um planeamento e um controlo sociais totalmente novos do ponto de vista qualitativo. O desejo desmesurado de domínio e as agressões contra a natureza sem atender às consequências de segundo e terceiro graus, são uma característica largamente dominante de todos os tipos até aqui seguidos de industrialização, progresso tecnológico e desenvolvimento social orientado nesse sentido. A verificação de que os modelos básicos desta industrialização continuam a exercer a sua acção mesmo depois da eliminação da propriedade privada dos meios de produção ou mesmo que eles são prosseguidos conscientemente por motivos de concorrência, não justifica, todavia, que se faça as pazes com o capital (como acontece frequentemente com o movimento ecológico); e também não admite a declaração de neutralidade ou de desinteresse pela luta contra o seu domínio. Pelo contrário. Em consequência do seu avanço tecnológico e da sua força económica há, precisamente nos centros capitalistas, uma responsabilidade especial, que a todos diz respeito, de denunciar prematuramente os perigos ecológicos, de os esclarecer e transformar. Como está provado que tais medidas colidem a par e passo com a lógica do lucro, mas que, em todo o caso, exigem uma ponderação, estranha a essa lógica, de necessidades humanas e naturais, a exigência de reprodução do capital mostra ser, por princípio, hostil à tentativa de conciliar os princípios evolutivos da natureza com condições humanas congnas.

Se a luta dos socialistas desde sempre teve por objectivo, em última análise, a libertação do actual trabalho vivo das cadeias dos mortos, então é lógico que, presentemente, no estágio de domínio sobre a natureza já atingido pelas capacidades humanas, ela tome sobre si a protecção das necessidades vitais das gerações futuras e das suas possibilidades de trabalho, como princípio constitutivo transmitido pela ecologia. No fim e ao cabo, é nos bastiões do capitalismo que é mais urgente uma fusão de ambos os pontos de vista nas reivindicações de uma nova lógica económica, porque só assim se criam as condições para o seu reconhecimento nos restantes «mundos».

Fundamentação:

Ao longo dos dois últimos decénios, a sobreexploração dos recursos naturais, os problemas da poluição, destruição dos solos e depredação dos mares são tudo fenómenos registados à escala mundial que passaram a fazer parte do quotidiano. No seu conjunto, eles constituem um sinal que já não pode ser ignorado de que formas até aqui habituais de industrialização e crescimento estão a atingir os seus limites. As controvérsias através das quais a opinião pública internacional tomou conhecimento do aparecimento desses perigos, que ameaçam romper o horizonte habitual dos conflitos sociais, estão muito marcadas pelas ideias dominantes nos centros capitalistas, sobretudo nos E.U.A. Por isso, a discussão das saídas para a crise enveredou inicialmente por caminhos que não conduzem a uma verdadeira solução dos problemas acumulados. Não é com campanhas de controlo da natalidade levadas a cabo isoladamente e decretadas administrativamente que se consegue combater o crescimento demográfico e a fome no Terceiro Mundo. Do mesmo modo, não é apenas com a ajuda de alternativas tecnológicas, nem com a utilização exclusiva de «formas leves de energia» e muito menos com a aposta nas «tecnologias pesadas» para a obtenção de energia, que se vai conseguir evitar uma escassez de matérias-primas.

Cientistas progressistas, como, por exemplo, na Argentina, o grupo de autores do «modelo mundial latino-americano»⁽⁵⁾, deram valiosos contributos à crítica de tais análises e estratégias, no sentido de destacar sempre o elemento social, portanto também aberto a alternativas políticas, dos cálculos pretensamente objectivos do «Club of Rome». Contudo, a esquerda ocidental não pode contentar-se com remeter para esses estudos.

É que, apesar das premissas ideologicamente falsificadas em muitos pontos, os métodos e resultados de investigações como a que foi feita nos E.U.A. por organismos oficiais acerca da situação ecológica global aperfeiçoaram-se consideravelmente. Justificadamente, ultrapassam agora o mero registo de valores estatísticos médios, tais como o rendimento per capita ou o consumo de matérias-primas irrecuperáveis, e concentram-se, em vez disso, na determinação dos limites de resistência dos sistemas biológicos e naturais regeneráveis, como o

(5) Cf. Amilcar Herrera, Hugo Scolnik *et al.* (versão alemã): *Grenzen des Elends*, Frankfurt 1977.

clima, o ciclo da água, a evolução das espécies animais e vegetais, etc., os quais afectam muito fortemente toda a vida humana digna desse nome. Tanto mais alarmantes, porém, são as conclusões respeitantes a tendências para a destruição do meio ambiente que já foram encetadas ou que é praticamente impossível evitar. E não é por acaso que estes dados ganham uma carga tão explosiva, mesmo a uma leitura imanente, que a actual administração dos E.U.A. prefere declarar como não existente o relatório encomendado por Carter (6). A esquerda competirá, assim, procurar tornar claro que o cenário de crise indissolúvelmente ligado ao «modelo mundial do capitalismo» é o da destruição do meio ambiente, do desperdício de recursos com o armamento, do empobrecimento do Terceiro Mundo e do crescimento económico orientado para o lucro. Reequipar a indústria e a agricultura orientando-as para a desobstrução e o restabelecimento do meio ambiente, poupar recursos através do desarmamento, transferir a longo prazo recursos para o Terceiro Mundo e criar relações justas de intercâmbio entre o Primeiro e o Terceiro Mundo — estes seriam os princípios básicos e interdependentes de uma nova ordem económica internacional liberta da lógica do lucro.

6.ª tese: *Abordagens nacionais da nova lógica económica*

Por muito importantes que sejam a aquisição e ampla divulgação da consciência das dimensões internacionais, globais num sentido novo, da crise com que o capitalismo se defronta; por muito significativa que seja a ideia de que a remoção de todos os factores que lhe estão subjacentes ultrapassa de longe as forças de um só país, por maior que ele seja; nem por isso se tornam supérfluos os esforços nacionais no sentido de alcançar uma nova orientação básica para a economia e a sociedade. O pretexto continuará a ser a luta contra as consequências imediatas da crise, que, por sua vez, se manifestam em combinações diferentes de país para país. Nos estados industrializados ocidentais será central a batalha por medidas eficazes contra o desemprego; mas a própria orientação das reivindicações alternativas a curto prazo feitas pelos sindicatos e pelos partidos de esquerda não deixará de divergir bas-

(6) Cf. *Global 2000. Bericht an den Präsidenten*; (versão alemã) Frankfurt 1981; em especial o capítulo 13 da 1.ª parte, «O meio ambiente».

tante. Mesmo quando se tornar cada vez mais clara a relação entre medidas como, por exemplo, a diminuição do horário de trabalho e as intervenções mais profundas nas estruturas económicas de decisão, continuarão a ser muito diversos os seus pressupostos, nomeadamente, no domínio dos instrumentos estatais de planeamento já existentes, de cuja transformação qualitativa se trata. Nos países do Terceiro Mundo, a luta pela protecção das bases elementares para um progresso económico autónomo necessitará, aliás, de uma multiplicidade de pontos de referência diversos, desde o controlo das matérias-primas extraídas no próprio país ao estabelecimento de relações mais justas de intercâmbio com o «Norte industrializado».

Todas estas diferenças e desencontros não alteram, de resto, em nada a alternativa fundamental: ou se colabora activa ou passivamente na manutenção dos mecanismos existentes da concorrência capitalista internacional e, nesse caso, mesmo os êxitos parcelares que se alcancem no âmbito nacional só contribuirão para, de forma agravada, lançar os custos da resolução da crise para cima dos países mais fracos na divisão internacional do trabalho e, assim, intensificar ainda mais e a longo prazo a pressão dos problemas que pesam sobre o sistema no seu todo; ou se consegue, primeiro isoladamente em cada país, orientar a resistência à crise para as questões fulcrais de uma distribuição alternativa do poder económico. Precisamente neste caso é que importará incentivar a abordagem, agora possível, de uma nova lógica económica num sentido que se insira coerentemente na perspectiva internacional da política de desanuviamento, de solidariedade com os povos do Terceiro Mundo, e na superação da crise ecológica. Não pode haver dúvidas de que o futuro da esquerda depende da capacidade de enveredar por esta última via atendendo às condições específicas do país a que pertence.

Fundamentação:

A concorrência internacional provou até hoje ser a força motora do capitalismo que, repetidamente, coarctou o êxito das vias socialistas e não-capitalistas de desenvolvimento e as neutralizou até certo ponto. Este último decénio mostrou como os mecanismos do mercado mundial dominado pelo capitalismo conseguiram voltar a colocar em estreita dependência mesmo alguns estados socialistas aparentemente sólidos e como assim se manifestaram até tendências de «reintegrar e reinfiltar a partir do exterior» (Hobsbawn) as suas economias.

Tanto mais forte é a pressão correspondente que pesa sobre os países do Terceiro Mundo que procuram libertar-se das barreiras da velha lógica económica. Simultaneamente, porém, desencadeia-se ainda dia a dia uma concorrência não menos desenfreada entre as multinacionais mais poderosas e entre os países industrializados mais fortemente ligados aos interesses delas. A concorrência entre sistemas na era atómica só sob um aspecto trouxe modificações essenciais (o aumento dos níveis de risco dos conflitos militares); períodos de crise, que, como a experiência ensina, andam associados a fases de rápidas transformações tecnológicas, apenas dão um incremento suplementar a essa concorrência e à exploração das dependências de países atrasados mantidos em subdesenvolvimento — tudo isto pertence desde sempre ao arsenal da batalha incessante pela hegemonia internacional por parte dos grupos monopolistas e dos estados mais poderosos do mundo e entre eles.

É um mérito histórico dos socialistas e de todo o movimento operário em França o facto de, desde o 10 de Maio de 1981, estarem empenhados em aumentar decisivamente a influência social sobre os «altos comandos da economia» (na formulação de Otto Bauer). Pela primeira vez uma parte essencial da esquerda europeia ocidental empenha-se em provar que é possível nacionalizar ofensivamente a parte mais importante dos centros de poder económico do próprio país e torná-los assim no núcleo de uma ordem económica submetida aos princípios da nova lógica da economia. (A comunicação de Thierry Bondoux certamente nos apresentará em pormenor os objectivos prosseguidos). Todavia, tudo está em aberto: este grande avanço histórico pode ainda ser interceptado e absorvido pelos mecanismos do capitalismo internacional se não se conseguir ligar irrevogavelmente o processo de transformação social da França à luta pela superação das contradições do sistema à escala mundial. Os êxitos do trabalho até agora realizado obrigam a esquerda francesa a um esforço ímpar no sentido de unir os princípios nacionais e internacionais da nova lógica económica numa estratégia que se revele à altura dos requisitos exigidos a uma guarda avançada da «revolução no Ocidente». Os seus avanços, tal como a superação de inevitáveis reveses dependerá, antes de mais, de a esquerda europeia no seu conjunto saber ou não dar o seu contributo para a solução destes problemas.

(Tradução de Idalina Aguiar de Melo)